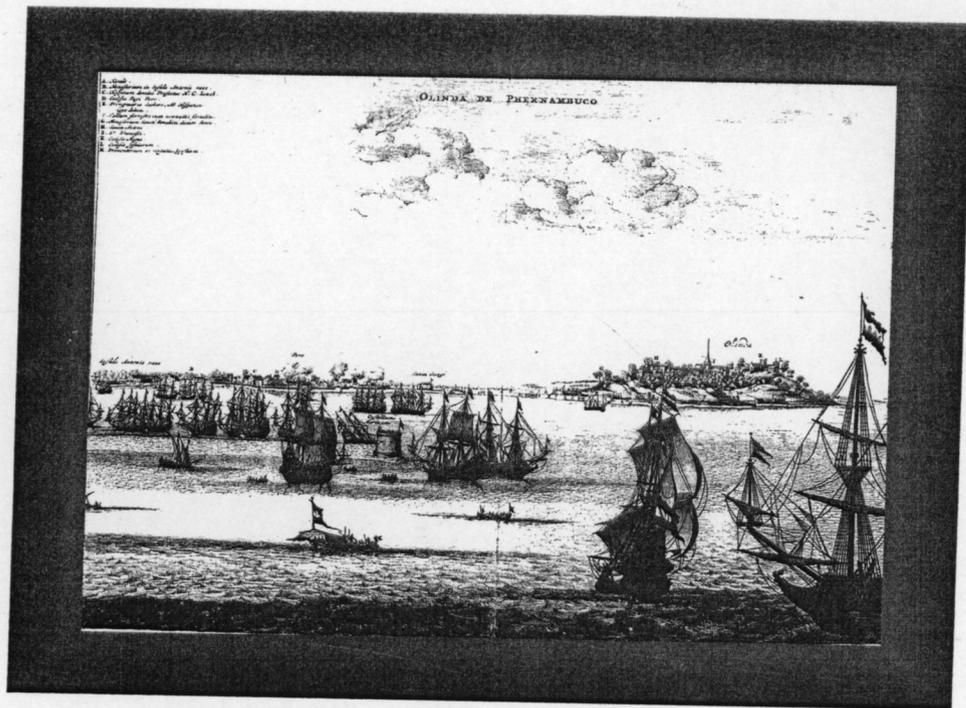


HISTÓRIAS DO MUNDO ATLÂNTICO: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI

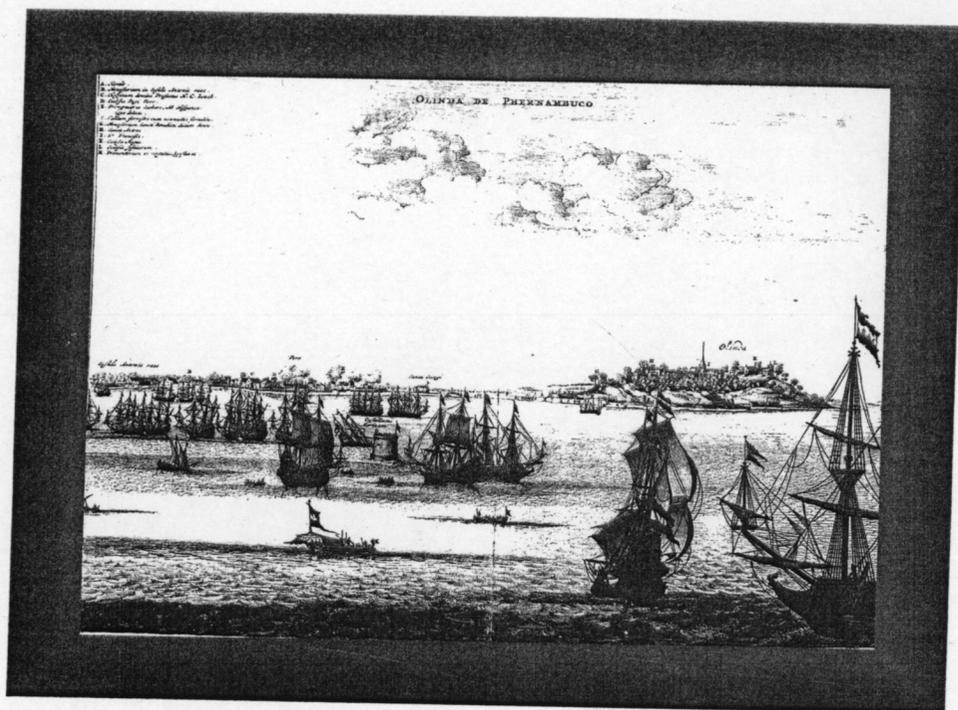


Suely Creusa Cordeiro de Almeida
(Organizadora)

Editora
Universitária UFPE


IMPRESA
UNIVERSITÁRIA
DA UFRPE

HISTÓRIAS DO MUNDO ATLÂNTICO: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI



Suely Creusa Cordeiro de Almeida
(Organizadora)

Editora
Universitária UFPE


IMPrensa
UNIVERSITÁRIA
DA UFRPE

HISTÓRIAS DO MUNDO
ATLÂNTICO:
Ibéria, América e África: entre
margens do XVI ao XXI

Suely Creusa Cordeiro de Almeida
(Organizadora)

Editora
Universitária  UFPE

Recife - 2009

Portuguesa: algumas aproximações 121
Flávio Gomes e
Maria Celeste Gomes da Silva

Farpas e Farpões entre "Jucas" e "Manoéis": o caso de Goiana 155
Clarissa Nunes Maia

"Cada taberna nesta cidade é um quilombo...": repressão policial e
resistência negra no Recife oitocentista (1830-1850)..... 169
Wellington Barbosa da Silva

PARTE IV
Os Homens da Igreja..... 197

Os franciscanismos brasileiro e português na
formação do Brasil colonial 197
Marcos Antônio de Almeida

Nova Lusitânia herética: Inquisição, práticas religiosas
e metamorfoses sociais no Pernambuco colonial 217
Angelo Adriano Faria de Assis

O Arcebispo, a religião e os bons costumes: Dom Sebastião Monteiro da
Vide e o matrimônio do Brasil colonial..... 235
Gian Carlo de Melo e Silva

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e vídeográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Capa:
Rafael Martins

Projeto Gráfico:
Sérgio Siqueira

Revisão:
Os autores

Foto capa:
Olinda de Pernambuco" - Gravura em buril séc XVII. Arquivo Histórico Ultramarino nº 508.

Impressão e acabamento:
EDUFPE

Bibliotecária responsável:
Adelma Ferreira de Araújo, CRB-4 1567

Histórias do mundo atlântico: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI / organizadora Suely Creusa Cordeiro de Almeida. - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009.
259 p.

Vários autores

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7315-622-5 (broch.)

1. História. 2. História do Brasil. 3. História de Portugal. I. Almeida, Suely Creusa Cordeiro de

94
904

CDU(2.ed.)
CDD(22.ed.)

UFPE
BC2009-109

Índice

Apresentação 7
Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Parte I

Teoria e Historiografia 9

História das comemorações oficiais dos descobrimentos portugueses no Portugal contemporâneo 9
Maria de Deus Beites Manso

Caudilhismo e Agir Político na América Latina. Ensaio de História Comparada 27
Francisco Carlos Teixeira da Silva

Entre o Claustro e o Vão: consciência histórica e narrativa Em Memorial do Convento de José Saramago 49
Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Parte II

Cotidiano e Trajetórias Humanas 65

Recantos Femininos do Império: clausura em Portugal e no norte do Brasil colonial 65
Suely Creusa Cordeiro de Almeida

A violência contra a mulher no Brasil - um estudo de longa duração 87
Virgínia Maria Almoêdo de Assis e Andreia Almoêdo

Educar a Primeira Educadora
A educação da mulher em Portugal XVIII a XIX 109
João Nelson Veríssimo

Parte III

Tráfico, Rebelião e Repressão 121

"A costa da Guiné é o remédio do Brasil" -- Senegâmbia, Maranhão e rotas do tráfico atlântico na América

Portuguesa: algumas aproximações	121
<i>Flávio Gomes e Maria Celeste Gomes da Silva</i>	
Farpas e Farpões entre "Jucas" e "Manoéis": o caso de Goiana	155
<i>Clarissa Nunes Maia</i>	
"Cada taberna nesta cidade é um quilombo...": repressão policial e resistência negra no Recife oitocentista (1830-1850).....	169
<i>Wellington Barbosa da Silva</i>	
PARTE IV	
Os Homens da Igreja	197
<i>Marcos Antônio de Almeida</i>	
Os franciscanismos brasileiro e português na formação do Brasil colonial	197
<i>Marcos Antônio de Almeida</i>	
Nova Lusitânia herética: Inquisição, práticas religiosas e metamorfoses sociais no Pernambuco colonial	217
<i>Angelo Adriano Faria de Assis</i>	
O Arcebispo, a religião e os bons costumes: Dom Sebastião Monteiro da Vide e o matrimônio do Brasil colonial.....	235
<i>Gian Carlo de Melo e Silva</i>	

Apresentação

Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Este livro nasceu da interlocução de professores de várias instituições brasileiras e portuguesas em um momento onde temas e interesses serviram como incentivo para aproximar o grupo promovendo encontros e discussões. "Histórias do Mundo Atlântico" busca esclarecer que a História do Brasil e de Portugal está indissolúvelmente ligada a idéia de um constante ir e vir de pessoas, idéias e culturas de várias margens, margens do Atlântico. Se estivermos preocupados com nós próprios, em como nos explicarmos, não podemos esquecer que a nossa compreensão está intrinsecamente ligada a compreensão das histórias dos povos que circularam por esse oceano, que mais parece um rio, pois se tornou tão estreito dado o movimento que promoveu ao longo dos séculos de existência do Brasil. No livro "Histórias de Mundo Atlântico", são discutidas questões atuais da história e da historiografia luso-brasileira, a partir da perspectiva de um mundo alargado e em movimento.

Os capítulos da primeira parte "Teoria e Historiografia" tratam de questões que envolvem a produção historiográfica contemporânea ressaltando como as idéias e as publicações foram conduzidas durante as comemorações dos quinhentos anos dos descobrimentos; como a literatura portuguesa pode auxiliar na narrativa construída pelo historiador de ofício da atualidade; e, quais as heranças das práticas políticas na América Latina legado de um processo de colonização ibérica junto à proposta de um estudo comparado, além de uma experiência de novo olhar sobre temas clássicos da historiografia.

Nos capítulos da segunda parte o tema central é o estudo da condição feminina no Império Português discutindo que alarga a compreensão da História das Mulheres dentro da perspectiva das conquistas lusas buscando demonstrar a conexão entre as várias partes do que se constituiu o mundo criado pelos lusos. Assim

que outros ocupassem o espaço público da cidade"⁵¹. No Recife deste mesmo período, o palco e o cenário eram diferentes, mas o enredo era bem semelhante. No entanto, que as noturnas ruas recifenses pertencessem à polícia era apenas a expectativa das autoridades e da maior parte da população cidadina. Na verdade, mesmo com toda a repressão existente, as ruas pertenciam mesmo era a essa população flutuante que, fugindo ao primeiro sinal da presença de alguma patrulha do Corpo de Polícia ou mesmo enfrentando-a de peito aberto, insistia em não arredar o pé das tabernas e botequins ou abandonar os batuques, "patuscadas de bêbados" e "súcias de guitarra" que brotavam em várias partes da cidade. Efetivamente, uma mirada nas emboloradas páginas das ocorrências legadas pela incipiente burocracia policial da época nos mostra o quanto a população recifense de todos os dias e de todas as noites resistiu às tentativas de normatização do espaço público e, por conseqüência, ao desmantelamento de seus poucos espaços de sociabilidade e de diversão. Em suma, o quanto ela desmentia a noção de que, após o toque de recolher, as ruas pertenciam à polícia.

⁵¹ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 235.

Parte IV Os Homens da Igreja

Os franciscanismos brasileiro e português na formação do Brasil colonial.

Marcos Antônio de Almeida¹

A historiografia moderna tem se debruçado sobre as grandes instituições religiosas do período colonial. O alvo principal são as Ordens Religiosas, os Recolhimentos femininos, as Irmandades e Confrarias instituições de maior relevância na formação social do Brasil.²

Os franciscanos, presentes no Brasil, desde 1500, deixaram um resultado patrimonial através das "letras" e, sobretudo, da arquitetura conventual espalhada por todo o litoral Atlântico brasileiro. Os conventos franciscanos revelam, implícita ou explicitamente, um projeto evangelizador fortemente marcado pelas heranças medievais da Ordem. Como explicar e interpretar essa particularidade franciscana na história colonial brasileira? Desde 1492 até os dias atuais, a influência da espiritualidade franciscana se revela sob duas formas: a primeira forma, por sinais deixados através de seus conventos, igrejas e capelas, dão a conhecer uma "arte" franciscana na colônia; a segunda, por

¹ Doutorando em Histoire et Civilisations na École des Hautes Études en Sciences Sociales (HEESS-Paris), sob a orientação de Serge Gruzinski. Professor do Departamento de Teologia da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), pesquisa os franciscanos no Brasil do século XVIII.

² ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil (1750-1822)*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília: Edunb, 1993; AZZI, Riolando. *Vida religiosa feminina no Brasil colonial (enfoques históricos)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983; REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

escritos manuscritos e/ou impressos espalhados no Brasil e em Portugal, que tem chamado a atenção de historiadores contemporâneos³.

No Brasil, Olinda seria o primeiro espaço a abrigar a espiritualidade franciscana. Maria da Rosa, franciscana da Ordem Terceira da Penitência, em 1585, doa ao primeiro grupo franciscano português o terreno e a casa que ela morava com algumas educandas.⁴ Daí os historiadores atribuírem à história franciscana no Brasil três períodos distintos: período do *ciclo esporádico* (1500-1585), período da *Custódia* (1585-1647) e período de *Província*⁵ (1647 aos dias atuais)⁶. O franciscanismo é um ideal místico que se revela ou não na instituição. Revestida da autoridade que lhe é atribuída, a instituição franciscana pretende ser a guardiã e protetora da espiritualidade que lhe confere legitimidade.

A hipótese fundamental, que emerge do encontro entre o ideal e a prática evangelizadora franciscanas, nasce do reconhecimento do caráter histórico-institucional e suas mudanças realizadas na interação entre a Igreja e o Estado. A elasticidade franciscana em se adaptar às mudanças sócio-históricas propicia uma evolução *sui generis* na Ordem, ocasionando uma série de

³ OLIVEIRA, Leda, *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador*. Salvador: Odebretch, 2008; ALMEIDA, Marcos Antonio de, "Reinventando a mística franciscana no Brasil do século XVIII, das quatro partes do mundo ao Novo Brasilico.", In: *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, ano VII, 2008, nº13/14, PP. 275-287.

⁴ Ver ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português séculos XVI ao XVIII*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

⁵ Conjunto de conventos que se acham sob as ordens de um mesmo superior Provincial.

⁶ Fr. Odulfo Van der Vat classifica este período em três categorias: na primeira coloca os frades "que não viviam dentro de uma comunidade legitimamente organizada"; a segunda categoria abrange os frades "que vieram mais por acaso ou por arribada"; a terceira categoria consta os frades "que vieram estabelecer-se em solo brasileiro com o propósito formal e ordem expressa por seus superiores de se dedicar à catequese de nossos aborígenes". Cf. Fr. Odulfo Van der VAT. *Princípios da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1952. p. 185ss.

mudanças de hábitos e costumes no cotidiano e nas relações internas.⁷

A trajetória dos franciscanos na colônia obedecerá a uma simbiose entre interesses políticos, econômicos e religiosos.⁸ Os movimentos missionários obedeceram aos ritmos econômicos propiciados pela colonização. Esta economia entra numa fase de estabelecimento e acomodação, ora entusiasmando, ora desestimulando, os missionários e os conquistadores face à dureza da realidade inexorável.⁹

1.1 - Ciclo não institucional.

Por ciclo não institucional entendemos aqueles momentos em que os franciscanos chegam à Terra de Santa Cruz sem mandado explícito da cúria franciscana, sediada em Roma. Em 1500, alguns franciscanos aportaram na região da Bahia nas 12 naus que se destinavam às Índias Orientais, comandadas por Pedro Álvares Cabral. Em Porto Seguro, na Bahia, teria acontecido o primeiro desembarque e coube ao franciscano Fr. Henrique de Coimbra presidir o primeiro ritual cristão católico, a missa. Em 1503, o propósito de evangelizar e converter os *pagãos americanos* trouxe dois frades espanhóis ao mesmo Porto Seguro. Estes começaram a missionar uma realidade até então desconhecida, construindo uma capela que dedicaram a São Francisco. Eles demoraram ali por dois anos, quando por ocasião da emboscada sobre aquele povoado, foram mortos juntamente com todos os

⁷ ALMEIDA, Marcos Antonio de, «Mudança de Hábito. Papel e atuação do convento de São Francisco de Salvador (1779-1825)», Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Teologia de Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 1994.

⁸ Aderimos à análise feita por Eduardo Hoornaert quando estuda os movimentos missionários na colônia. Para aprofundar a questão, ver Eduardo HOORNAERT em "A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial." In: *História geral da Igreja na América latina*. Tomo II: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977, pp. 21-103.

⁹ Eduardo HOORNAERT, "A evangelização do Brasil durante a primeira época", *Op. Cit.*, p. 43.

portugueses.¹⁰ Os anos seguintes foram marcados pela presença franciscana de forma irregular, para não dizer ao acaso. Franciscanos portugueses, espanhóis e italianos se revezavam na dura aventura missionária.¹¹

Os primeiros franciscanos desenvolveram um estilo de vida missionária a partir dos movimentos de reforma ocorridos dentro da Ordem no início do século XVI, fortemente marcada por São Pedro de Alcântara (+1562)¹². Essa reforma na Ordem privilegiou o retorno à pobreza e concentrou o seu interesse na missão. Desde o início protegidos pelos reis católicos de Espanha e Portugal, os franciscanos sempre estiveram vinculados a uma dessas coroas haja vista que a criação do Padroado dava toda a autoridade aos reis para a conquista de novas terras e expansão da fé. Segundo Caio Prado Jr., "por efeito do Padroado, a Igreja não gozou nunca no Brasil de independência e autonomia. Os negócios eclesiásticos da Colônia sempre estiveram nas mãos do rei, que deles se ocupava através do Departamento de sua administração: a Mesa da Consciência e Ordens".¹³

Os primeiros franciscanos no Brasil acompanharam o que comumente se convencionou chamar de *ciclo carismático*. Destituídos de qualquer formalidade institucionalizada, só restaram as lembranças que a tradição oral teria conservado e transmitido pelos missionários posteriores. As notícias sobre esses franciscanos e, esse tempo, foram organizadas e escritas por frei Manoel da Ilha,¹⁴ e de todos os missionários dessa primeira época nos foi legado a memória de alguns: Fr. Henrique de Coimbra e Fr.

¹⁰ Fr. Manoel da ILHA, *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil (1584-1621)*. Petrópolis: Vozes, 1975. pp. 64-67.

¹¹ Fr. Odulfo Van der VAT. *Op. Cit.*, pp. 21-183.

¹² ROMAG, Fr. Dagoberto, *A história dos franciscanos no Brasil, desde os princípios até a criação da Província de Santo Antônio (1500-1659)*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia., 1940, p. 21; *Idem*, *A Ordem dos frades menores*. Petrópolis: Vozes, pp. 115-127.

¹³ PRADO JÚNIOR Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*. 5a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 330; AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira como instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 80.

¹⁴ ILHA, Fr. Manoel da. *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil (1584-1621)*. *Op. Cit.*, p. 141, n. 122.

Pedro Palácios.¹⁵ Fr. Jaboatão, em seu *Novo Orbe Seráfico Brasilico*, também nos apresenta muitos aspectos importantes das diversas fases missionárias franciscanas.¹⁶

1.2 - Fundação da Custódia de Santo Antônio do Brasil: extensão da metrópole (1584/85).

O segundo período começa com a instituição da Custódia de Santo Antônio do Brasil, em 13 de março de 1584, por determinação do então Ministro Geral, Fr. Francisco de Gonzaga, que entregou a tarefa à Província de Santo Antônio de Portugal.¹⁷ O governador da Capitania de Pernambuco, Jorge Buarque Coelho, diz

(...) que ele, pelo muito desejo que tem de se aumentar nas ditas partes a nossa Santa Fé Católica, impetrou do reverendíssimo Pe. Geral da Ordem do Bem-aventurado padre São Francisco, uma patente, e comissão para deste Reino irem religiosos da Província, e que ficassem súditos ao Ministro da dita Província deste Reino, de que V. Majestade mostrou servido, e havê-lo por bem (...); e porque se receia que alguns religiosos da mesma Ordem, ou Ministro Provincial dela, ou alguns outros religiosos de quaisquer Ordem queiram pôr estorvo ou impedimento a esta tão santa obra

¹⁵ Fr. Venâncio WILLEKE. *Franciscanos na História do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 13-65; LIRA, Sofia A. *São Francisco de Assis e o Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1978. p. 105-118.

¹⁶ Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão, *Orbe Serafico, Novo Brasilico, ou Chronica dos frades menores da Provincia do Brasil*, por Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão, impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, com um título diferente: *Novo Orbe Seráfico Brasilico...* Vol. I, Primeira Parte, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858/59; Vol. II, Segunda Parte, 1859/62. Daqui em diante utilizaremos a edição do IHGB.

¹⁷ Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão. *Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*. Primeira parte, v. II, Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1858. p. 122.

por alguns respeitos particulares: pede V. Majestade que (...) seja servido de mandar passar provisão com graves penas contra toda a pessoa, de qualquer qualidade que seja, que quiser impedir o efeito da dita patente, para, com o favor de Vossa Majestade, se efetuar, e se aumentar a religião cristã, e culto divino nas ditas partes, com que El Rei D. João III, que está em Glória, as mandou povoar.¹⁸

Tendo chegado à Pernambuco por mediação do donatário Jorge de Albuquerque Coelho, os frades dependiam economicamente do povo em geral, que obviamente não eram nem os escravos nem os indígenas, mas os colonos portugueses. Todos concebiam a missão como dilatação da fé e da coroa.¹⁹ No parecer do governador de Pernambuco, povoar significava *aumentar a religião cristã* através do culto. Fr. Melchior de Santa Catarina governou a Custódia e era assistido por uma junta de quatro frades. Os *Capítulos Custodiais*²⁰ proviam todos os cargos conventuais, para as missões e conventos e para discutir questões ligadas à evangelização.

A partir da fundação do primeiro convento em Olinda, no ano de 1585, muitos outros foram fundados posteriormente: Salvador (1587), Igarassú (1588), Ipojuca e Recife (1606), São Francisco do Conde (1629), Sirinhaém (1630), Cairú e Paraguassú (1650), São Cristovão (1657), Alagoas e Penedo (1660), e o hospício da Boa Viagem em Salvador (1710). Embora fossem muitos os pedidos, o governo colonial interditou novas fundações. Das fundações, 5 foram na Província da Bahia. Ainda antes da *Restauração de Pernambuco* (1654), um bom número de franciscanos do Brasil já aspiravam emanciparem-se da província franciscana portuguesa. A resistência dos frades portugueses foi grande, porém Fr. Pantaleão Batista, Procurador da Custódia, tentou resolver a questão em Lisboa e em Roma. A independência da

¹⁸ *Ibid.*, pp. 123-124.

¹⁹ HOORNAERT Eduardo, *Op.Cit.*, pp. 54-55.

²⁰ Reunião de 3 em 3 anos, dos Superiores da Província e dos conventos (guardiães), com seu *Definitório*, sob a presidência do visitador.

Custódia se dará em 12 de abril de 1647, por decreto do então Ministro Geral da Ordem, Fr. João Mazara de Nápoles (1645-1648). Todas as providências foram tomadas para que a Custódia pudesse prosseguir e, entre as orientações da Ordem, consta a que as visitas gerais por ocasião dos *Capítulos Provinciais* fossem realizadas por frades das províncias reformadas de Portugal.

A independência da Custódia provoca um jogo de forças: de um lado, o projeto da cúria geral da Ordem que via com bons olhos a emancipação dos franciscanos no Brasil, e, de outro lado, um grupo da província portuguesa assaz intransigente em aceitar a emancipação. Não podemos negligenciar o contexto crítico português de subordinação à coroa da Espanha e o processo da Restauração Portuguesa (1580-1640).²¹

1.3 - De custódia à província: um passo para os conflitos internos e externos.

Após o reconhecimento da custódia independente em 1647, os frades trataram logo em providenciar a elevação da custódia em província no *Capítulo Custodial*, de 1649, pois a mesma já possuía, em 1647, dezessete conventos, número elevado em comparação a muitas províncias européias da época. Os frades do Brasil conseguem o breve "*Ex commisi nobis*", do papa Alexandre VII, no qual ele erige a Província de Santo Antônio do Brasil. Já no primeiro Capítulo Provincial, os frades tratam da emancipação da Custódia da Imaculada Conceição, que abrangia nove conventos na região sul.²² Nesta época, já estavam consolidados os conventos de Vitória, do Rio de Janeiro (1638), de São Paulo e Santos (1639), de Macau (1649), de Angra dos Reis (1650) e de Itanhaém (1655). Em 1659, em Capítulo Provincial, decidiu-se pela emancipação daqueles conventos intitulado de Custódia da Imaculada Conceição, com sede no Rio de Janeiro. Esta, por sua vez, foi elevada à categoria de província em 1675.

²¹ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979. pp. 17-32.

²² Fr. Dagoberto ROMAG. *História dos franciscanos no Brasil (1500-1659)*. *Op. Cit.*, pp. 59-73.

Com a elevação da Custódia de Santo Antônio do Brasil em Província, inicia-se uma terceira fase na qual serão efetuadas inúmeras fundações conventuais, como também outros problemas e desafios emergirão do cotidiano das comunidades franciscanas.

1.4 - A proteção do Rei

Em 30 de agosto de 1707 D. João V aceita ser protetor da província franciscana de Santo Antônio do Brasil, reforçando, assim, os laços com o Império Português e com suas instâncias político-administrativas. O rei, sempre atento às ações eclesíásticas e extremamente devoto aos santos franciscanos considera as práticas franciscanas de grande "utilidade" para as almas dos moradores do Brasil, e ele, o rei, confia nas missões realizadas pelos franciscanos. D. João V espera, portanto, "que não só continue, mas cresça nelles o zelo do serviço de Deos, e bem das almas, rogando a Deos nosso senhor pela conservação e estado deste reino." Por esse motivo, o rei os toma debaixo da sua proteção: "hei por bem tomar a dita província debaixo da minha proteção real, com a qual procurarei mostra-lhe os effeitos de minha boa vontade, e a particular devoção, com que venero ao serafico padre São Francisco, e ao glorioso Santo Antônio (...)"²³

O espera também que os franciscanos deem o *bom exemplo* ao povo para a conversão dos gentios e a conservação da fé. Trata-se de uma troca de interesses: de um lado, o rei oferece proteção, seguida de prováveis gestos benevolentes à instituição; por outro lado, os franciscanos, para serem merecedores de tais favores, deveriam continuar no exercício das *virtudes* para receberem as "considerações ao bom exemplo". Ora, as virtudes às quais se referem o monarca não estão de modo nenhum ligadas às virtudes teologais, mas à ética colonial de obediência, subserviência e dependência ao sistema português.²⁴

²³ SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942. p. 31.

²⁴Eduardo HOORNAERT. A cristandade durante a primeira época colonial. *Op. Cit.*, pp. 358-363.

Nesse período são elaboradas e outorgadas as Primeiras Constituições do Arcebisipado da Bahia (1707), sob o comando de dom Sebastião Monteiro da Vide. A Igreja do Brasil, sob a orientação do seu ordinário, procura reorganizá-la à luz do Concílio de Trento. Por outro lado, os franciscanos continuam as suas reconstruções conventuais.

Desde 1739, a província vinha sendo acusada de exceder o número permitido de membros. Segundo o documento, a província teria setessentos frades, número que extrapolaria o permitido em seus Estatutos, que seria de 236 membros. Nesse mesmo ano, o provincial, Manoel da Ressurreição, contestava tais acusações e afirma que

A única determinação de número de frades, que achei, é a dos nossos Estatutos desta Província a folhas duzentos e vinte e oito, onde manda, que se repartam pelos Conventos, duzentos e trinta e seis frades, e que não aceite o Provincial mais salvo para provimento das Aldeas, os que forem necessários, tendo dois frades em cada Aldea. Esta determinação foi feita quando foi criada a Província no ano de mil seiscentos e cinquenta e sete, nem então chegaram as esmolas para sustentar mais frades nem eram necessários mais por haver então menos povo a que administrar os Sacramentos: e quando se reformaram, ou fizeram novos Estatutos no ano de mil setecentos e cinco, trasladaram o mesmo: primeiro determinando, sem a necessária advertência do que ia de tempo a tempo. Porém ainda no caso, que naquele primitivo tempo se determina-se o número de duzentos frades somente, atendendo ao pequeno povo, que então havia, e a pequenez das povoações; hoje que se acha o Brasil em tanto aumento, parece deve V. Magestade ampliar este número de frades, visto terem

crescido mais Vilas e mais habitantes, a cuja proporção devem crescer os operários.²⁵

Ainda segundo Manoel da Ressurreição, quando havia terminado a visita a todos os conventos, a sua província teria

quatrocentos e dezenove frades, e não quase setecentos como indevidamente informaram a V. Magestade. Todos estes frades são nascidos nos Domínios de V. Magestade, nenhum é estrangeiro, duzentos e quarenta e nove são filhos deste Brasil, e cento e setenta vieram do Reino pequenos e tomaram o hábito na mesma Província. Vivem na Província cinco Padres que foram Provincias, três filhos do Reino e dois do Brasil, vinte e seis Definidores, dos quaes quinze são brasileiros, cinquenta e seis Irmãos Leigos, muito velhos de sessenta, oitenta, e noventa, e mais anos, muitos achados da gota; e ocupamos trinta e dois frades nas Missões.²⁶

Percorrendo a grande extensão geográfica na qual a província atuava, Manoel da Ressurreição observava, e a experiência o demonstrava, "que os dez Conventos menores necessitam de vinte e cinco frades ao menos; e lhes são precisos de cinquenta frades para cima e mais ao Convento da Bahia."²⁷

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, uma nova fase nas relações Igreja e Estado tomam novo rumo. Com a expulsão dos jesuítas e as novas restrições impostas às Ordens religiosas, uma nova estruturação eclesiástica começa a ser colocada em prática.²⁸ O ano de 1779 é um marco na história do franciscanismo no Brasil

²⁵ AMUL. Tomo III, Bahia 1786-1798, nº 17437.

²⁶ *Idem*.

²⁷ *Idem*.

²⁸ A.H.U. Avulsos de Pernambuco, caixa 93, doc. 7400.

por que revela uma supremacia portuguesa que logo será rejeitada.²⁹

Constatamos que durante todo o século XVIII, os franciscanos da província de Santo Antônio do Brasil veem de várias partes do Brasil e de Portugal, do Brasil predominam a região do nordeste, de Portugal, eles são originários da cidade do Porto³⁰

Esses dados não representam uma estatística satisfatória pelo fato de não oferecerem um panorama mais fiel quanto às origens dos frades portugueses. Segundo esta mesma relação de óbitos, entre 1779 e 1825 entrou na província franciscana 123 portugueses, entretanto nem sempre nos registros pessoais desses frades foram indicadas as suas origens.³¹

Em 1780 a Câmara da Bahia se manifesta inquieta com as querelas existentes no convento franciscano de Salvador. O embate entre brasileiros e portugueses não escapavam aos olhos dos moradores da cidade e das autoridades locais. As queixas da câmara baiana tinham seu fundamento, afinal as vocações brasileiras sempre foram tidas com desdém e desconfiança. A vida cotidiana do clero em geral era posta à prova dos comentários das diversas camadas sociais. Entre os anos de 1779 e 1790, entraram na província 4 brasileiros e 22 portugueses; de 1791 a 1800, 30 brasileiros e 20 portugueses; de 1801 a 1810, 79 brasileiros e 51

²⁹ ALMEIDA, Marcos Antonio de. "Portugueses, baianos e pernambucanos: os franciscanos da Província de Santo Antônio do Brasil em época de transição.", In *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, nº 22, Ano I (2004), pp. 307-345.

³⁰ Segundo os dados recolhidos, sete do Bispado de Braga, 3 de Viseu, 1 da Penha, 10 do Porto, 2 de Coimbra, 6 da Ilha de São Miguel, 2 de Faro, dois da Guarda, 3 de Lisboa, um de Évora e Um de Lamego. Cf. A.P.F.R - Arquivo Provincial Franciscano do Recife. Relação de óbitos (1584 - 1893), (Datilografado). Livros 1, 4, 5, 6, 2 não possuem numeração. Relação elaborada por Fr. Menandro Hütten.

³¹ O prof. Carlos B. OTT apresenta uma estatística ampla da origem dos portugueses radicados na Bahia entre 1591 e 1836, In: *Formação e evolução étnica da cidade do Salvador*, Tomo II, Publicação da Prefeitura Municipal do Salvador, 1957. pp.77 - 89.

portugueses; de 1811 a 1820, 47 brasileiros e 27 portugueses; de 1821 a 1825, 2 brasileiros e 3 portugueses.³²

O Bom exemplo almeja por D. João V ao tomar sob sua proteção os franciscanos do Brasil parecia não ter sido observado, pois num país onde prevalece o mito da "boa convivência", os documentos mostram outra realidade. As insatisfações dos brasileiros eram fortalecidas com as ideias nativistas, que desde o século anterior vinham separando reinóis e baianos.³³ Segundo Kátia Mattoso, dois problemas fundamentais agitavam o cenário político da colônia desde os últimos decênios do século XVIII: o primeiro desenvolveu-se em torno da oposição entre portugueses e nacionais; o segundo configura-se como uma oposição à administração colonial portuguesa e atinge o seu ápice com a Independência do Brasil.³⁴ Esses dois problemas com os quais a colônia se depara provoca uma nova dinâmica interna de reabilitação da autonomia dos vários segmentos sociais.

1.5. Sob a vigilância de D. Maria I.

De João V a Dona Maria I, a situação eclesiástica evoluiu para uma crise que resultaria num controle da coroa cada vez mais rígida no que concerne às Ordens Religiosas. Em 5 de março de 1779 é criada a Junta de Melhoramento das Ordens Regulares.³⁵ Esta colocava, assim, o clero regular sob a jurisdição incondicional dos bispados locais, evitando, dessa forma, as contendas de jurisdição entre regulares e bispos de ultramar. Uma comissão de teólogos e juristas foi formada e convocada pela rainha para

³² A. P. F. R., Relação de óbitos (1584 - 1893), (Datilografado). Livros 1, 4, 5, 6, ao todo 7 livros, porém dois não possuem numeração. Relação elaborada por Fr. Menandro Hütten.

³³ *História Geral da Civilização Brasileira*. sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos. Tomo II, vol. 2, 5a. ed., São Paulo: DIFEL. p. 268.

³⁴ Kátia M. de Queirós MATTOSO, "O consulado francês na Bahia em 1824". In: *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, vol. 39, Bahia, 1970. pp. 149-150.

³⁵ *História Geral da Civilização Brasileira*. Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos. Tomo I, vol. 2, 5a. ed., São Paulo: DIFEL. 1985. p. 75.

analisarem tudo o que conecer a Igreja, suas instituições e seus membros:

hei por bem declarar que os párocos regulares de qualquer ordem, que sejam não poderão servir as suas igrejas, nem em coisa alguma exercitar as funções paroquiais, sem a instituição, e aprovação dos bispos diocesanos que estão sujeitos a sua visita, e que nela podem os mesmos bispos perguntar, inquirir pela sua vida, e costumes, castigá-los, por todas as culpas cometidas nas mesmas igrejas; o que as sentenças se devem executar, sem que os prelados regulares se lhes opunham, nem embarassem, nem tornem a inquirir, ou julgar os mesmos delitos de que os bispos conheceram. Que da mesma sorte não é permitido a regular algum pregar, e confessar sem a licença expressa dos bispos, sem mais limitação, que a de puderem pregar nas suas igrejas regulares, tendo pedido a licença e não lhes sendo expressamente proibido, e a de confessarem os seculares seus comensais, que são os que vivem no mesmo convento, e se sustentarão, e tem nele exercício contínuo. Que nas próprias granjas, quintas e fazendas dos regulares não há isenção alguma, e os moradores nelas se devem desobrigar nas paróquias....³⁶

Em 1779, o Visitador Geral negou a vários candidatos a admissão ao noviciado por "falta de latinidade", ou seja, insuficiência na língua latina.³⁷ Nesse mesmo ano de 1779, numa relação da província de Santo Antônio do Brasil, elaborada por Fr.

³⁶ A. H. U., Avulsos de Pernambuco, caixa 68, documento 5 de março de 1779; A. P. F. R., 91 (antigo XIII, 6), f. 29-30v. Responsável pela transcrição Fr. Heriberto Lulkowski.

³⁷ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil (A.C.P.F.S.A.B), p. 172.

Domingos da Purificação, Ministro Provincial, à rainha de Portugal requerendo ao mesmo tempo a renovação das licenças concedidas em 1740 por D. João V quanto ao número de professos da mesma província, justifica o seu empenho em cumprir as diretrizes da coroa se valendo de duas exigências para a admissão dos candidatos: a falta de conhecimento do latim e a mácula da consangüinidade.³⁸ Não podemos tomar isso como regra geral nem tampouco afirmar que os franciscanos foram flexíveis quanto a aceitação de negros na "fraternidade", pois no período de transição do século XVIII ao XIX o preconceito racial da população branca em relação ao negro se acentuou e a pureza de sangue tornou-se um dos meios para comprovar a linhagem sem ancestrais com pigmentação de cor suspeita.³⁹

Entre outros pontos, o relatório⁴⁰ de Fr. Domingos, em 1779, revela dados numéricos importantes: os franciscanos contava com trezentos religiosos, distribuídos em 13 conventos, um hospício e 7 missões.⁴¹ O convento de Salvador possuía o maior contingente, com 62 religiosos. Dos 300 frades apresentados pelo provincial, 25 são irmãos leigos; desses irmãos leigos, 5 são brasileiros com o tempo médio de vida religiosa de 20 anos, e 20 portugueses com o tempo médio de vida religiosa de 26 anos. Isto equivale avaliar a faixa etária desse grupo entre 40 e 45 anos de idade. Esses dados são importantes porque revelam alguns aportes fundamentais nas

³⁸ Cf. MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. o único frade negro no período colonial foi o Frei Francisco de Santo Antônio. Antes de ser irmão leigo, foi donato. *Os franciscanos na formação do Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1976. p. 144.

³⁹ A. J. R. Russell-Wood, *Fidalgos e filantropos: a santa casa da Misericórdia da Bahia (1750-1750)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. pp. 280-281.

⁴⁰ A. H. U. Avulsos de Pernambuco, cx. 68, data: 11-11-1779; A. H. U. L., n. 10453, a mesma relação datada de 5 de janeiro de 1780; A. P. F. R., Documentário Franciscano, Recife, pp. 24-30.

⁴¹ Estas missões, que constam no relatório de 1779, permaneceram sob o comando dos franciscanos. Eles as entregaram definitivamente entre as décadas de 40 e 60 do XIX.

relações internas da comunidade e suas estratificações no seio da fraternidade.⁴²

Em 18 de outubro de 1780, a câmara da Bahia remete várias queixas à Rainha D. Maria I contra os franciscanos e protesta, especialmente, contra a admissão de noviços do Porto, preterindo injustamente os naturais do Brasil.⁴³ Ainda em 1780, os próprios franciscanos do convento de Salvador apresentaram á Rainha um relatório no qual eles revelavam que a situação interna da província era inestável.⁴⁴ Segundo o relatório, durante todo o século XVIII, existia na província três grupos bem distintos: franciscanos pernambucanos, baianos e portugueses. Os portugueses, majoritariamente da cidade do Porto, se constituíam num grupo hegemônico controlando todos os cargos provinciais. Para o autor do relatório, a saída seria a criação da *Lei da Alternativa*, lei esta que permitiria aos três grupos uma participação igualitária na ocupação e condução dos cargos.

Na província da Imaculada Conceição, no sul do Brasil, as disputas internas foram bem mais amplas e acirradas. A *Lei da Alternativa* naquela província tem seu início em 1723 e só será abolida em 1728, porém já desde 1720, os franciscanos discutiam a questão da alternância nos cargos a partir das origens dos frades. Uma das acusações dos brasileiros era a de que tal Lei só iria favorecer os portugueses, que eram a minoria. Segundo Idelfonso Silveira, a *Lei da Alternativa* foi uma das várias causas da

⁴² Luís dos Santos VILHENA apresenta os seguintes dados, provavelmente de 1800: convento São Francisco e hospício da Boa Viagem, 45 religiosos; São Francisco do Conde, 20; São Francisco do Paraguassu, 20; Vila de Cairú, 10; Sergipe del Rey, 12; e no do rio São Francisco (Penedo?), 12; perfazendo um total de 125 religiosos. Baseando-nos na informação de Vilhena, que os franciscanos administravam cinco aldeias na Bahia, supomos que estes dados sejam para o final do século XVIII e início do XIX. In: *A Bahia no Século XVIII (Notícias soteropolitanas e brasílicas)*. V.2, Op. Cit., p. 445.

⁴³ AHU, Pernambuco, Cx. 135, Doc. 10107: Carta do provincial da Província de Santo Antônio do Brasil, frei Domingos da Purificação, à rainha [D. Maria I], sobre a relação dos Religiosos da Ordem Franciscana em cada um de seus conventos. Recife, 11 de novembro de 1779.

⁴⁴ A.H.U., Bahia, Cx. 180, N° 13.440.

decadência dos religiosos no século XIX, enraizada no século XVIII. Na província da Imaculada Conceição tal Lei só foi abolida em 1828 e constatando que na província de Santo Antônio tal Lei só entrou em vigor em 1796, poderíamos porventura supor que o Rio de Janeiro talvez tenha fomentado um partidarismo mais acirrado.⁴⁵

Na Província franciscana, sediada na Bahia, somente no capítulo provincial de dezembro de 1796 foi aceito o Breve da *Alternativa*. O autor dessa modalidade de administração se deve a Fr. Matheus da Encarnação, provincial, apoiado por Dona Maria I e pela Sé Apostólica.⁴⁶ O Breve da *Alternativa* pretendia ser uma Lei que procurava favorecer portugueses e brasileiros na distribuição dos cargos dentro da província. Cada cargo seria exercido por uma das nacionalidades, revezando-se após o mandato de um triênio.

Com o advento da Independência do Brasil, todos os frades portugueses tiveram que prestar o juramento de fidelidade ao governo do Brasil, cessando também as razões de ser da *Lei da Alternativa*. Assim, no Capítulo de janeiro de 1824 foi decretada a abolição da Lei por mandato Imperial⁴⁷, dando, assim, pleno direito a todos os frades, independentemente das suas origens de se exercitarem na administração da província⁴⁸. Essa Lei pretendia resolver não só a questão entre brasileiros e portugueses, mas também entre baianos e pernambucanos, pois estes reclamavam os mesmos direitos dentro da instituição. Os "Filhos da Terra", até então excluídos dos cargos internos, procuravam alcançar os meios necessários na administração da província.

Inserida numa realidade conflitiva, a província franciscana não podia deixar de sentir os impulsos externos que urgiam uma

⁴⁵ Fr. Idelfonso da SILVEIRA, "Partidarismo nacionalista nos claustros franciscanos". In: *Vida Franciscana, órgão da Província da Imaculada Conceição do Brasil*. n. 32, São Paulo, 1964. pp. 1-19.

⁴⁶ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil (1649-1893), In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, (Prefácio e notas de Fr. Venâncio Willeke), vol. 286, Rio de Janeiro, 1970, p. 144.

⁴⁷ *Ibid.*, pp. 144, 161.

⁴⁸ *Idem.*

resposta eficiente para não desarticular a vida claustral. Gradativamente a província franciscana de Santo Antônio vai perdendo em número os seus membros. O motivo principal dessa perda é sem sombra de dúvida a visita da "irmã morte". O óbito e a interdição em aceitar noviços são as causas principais da derrocada franciscana. Infelizmente não podemos ter um panorama das causas da mortandade dos franciscanos, pois só encontramos nos registros quatro indicações de morte por apoplexia.⁴⁹ No restante das indicações foram ignoradas tais informações.

Tabela 3
Relação dos óbitos (1779 - 1825)⁵⁰

	1779 - 1790	1791 - 1800	1801 - 1810	1811 - 1820	1821 - 1825
Província	72	34	33	23	12
Bahia	26	23	14	10	6
Portugal	02	04	01	-	4
Conv. Bahia	29	25	22	17	10
Angola	01	-	-	-	-
TOTAL	130	86	70	50	32

A província franciscana envelheceu. O convento da Bahia abrigou os frades doentes e velhos. Ali eles se tratavam das

⁴⁹Entre as inúmeras causas de morte, nos anos de 1798 a 1800, na Rua do Passo, próxima ao convento, registra-se os seguintes dados: sezões malignas, 22 casos; tísica e ética (estado consuntivo atribuível à tuberculose, ao diabete, etc.), 20; apoplexia e estupor, 13; bexigas, 53; almorreimas (hemorróidas), 7; jactos e câmaras de sangue, 7; inflamação dos bofes, 6; hidropsia, 5; fluxo do peito, 3; apostema no estômago, 5; sangue, 2; sufocação, 6; defluxão, 6; escorbuto, 1; garrotilho, 1; boubas, 1; tubérculo, 1; moléstia do fígado, 1; ferida no bofe, 2; comer terra, 2; lombriga, 1; reumatismo, 1; convulsões, 4; garganta, 1; pioriz (pleuriz), 1; dor do ventre, 1; mania e hipocondria, 2; parto, 6; moléstia nas cadeiras, 1; queda, 1; tumor na cara, 1; velhice, 1; diarreia, 1; indigestão, 1; mal de sete dias, 1; moléstia interna, 19; suicídio, 1; erisipela interior, 4; defluxo asmático, 1; sirro, 1; morte repentina, 7; sarna, 2; causa ignorada, 9. Thales de AZEVEDO, *Povoamento da cidade do Salvador*. Bahia: Editora Itapuã, 1969. p. 209.

⁵⁰ A. P. F. R., Livro de Óbitos da Província de Sto. Antônio (1584-1957), Responsável Fr. Menandro Hütten, Recife, 1957.

moléstias, convalesciam ou se encaminhavam para "bem morrer". As condições de saúde da população de Salvador revelam um quadro extremamente diferente, pois além da precária administração sanitária, a cidade estava constantemente exposta a todos os tipos de doenças.⁵¹

1.6 Finalizando

Os franciscanos tiveram de se confrontar com uma série de fatores desintegradores ao longo da sua história. Poderíamos mencionar três fatores decisivos: o primeiro fator seria o rigor das observâncias do Estado português no que concerne às entradas de novos membros; o segundo, as lutas internas entre os seus próprios membros, caracterizadas pelas procedências geográficas: Pernambucanos, Baianos e Portugueses; e o terceiro e último fator, a morte, fator incontornável da condição humana.

O controle do número de entradas concernia aos que aspiravam ao sacerdócio, haja vista que a condição de Irmão Leigo não representava uma ascensão social, pois o ingresso numa instituição religiosa ajudava a aquisição de prestígio social e respeito, tanto para aquele que ingressava quanto para a família que gozava do *status quo* de possuir um membro na corte eclesiástica. Mesmo que um irmão leigo aspirasse posteriormente ingressar no estado de clérigo impunham-se ressalvas: a primeira era a interdição àqueles que já possuíam mais de 10 anos de hábito, caso fossem admitidos só seriam aceitos nos estudos se possuíssem os três anos de Artes.⁵² Apoiando-se em Bulas Apostólicas, Decretos da Sagrada Congregação e nas determinações do Capítulo Geral da Ordem, o capítulo provincial de dezembro de 1783 determinou que o religioso que passasse ou tivesse passado do estado leigo para o estado clerical teria o tempo de vida religiosa contado a partir do dia da petição e abertura da tonsura. Esta determinação minimiza o tempo servido à

⁵¹VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII (notícias soteropolitanas e brasílicas)*. v. 1, Bahia, Editora Itapuã, 1969. pp. 153-169.

⁵²O curso de Artes correspondia à filosofia.

comunidade local e provincial, além de assegurar uma tradição medieval na qual a tonsura era um sinal de segregação.⁵³ Portanto, as condições de ascensão da condição de irmão leigo para o estado clerical comportavam exigências a priori difíceis de serem preenchidas por causa do nível de formação diferenciado entre os dois estados de vida dentro da comunidade.

No imaginário do povo, o franciscanismo sempre se revestiu de uma singular caracterização que se fortalecia, sobretudo, na maneira de viver: pobre. Parece haver aí uma contradição dentro do grande sistema colonial. A ascensão era o caminho para uma participação efetiva no círculo de relações sociais, mas, dentre os recursos, um caminho privilegiado era o da carreira eclesiástica.⁵⁴

Os franciscanos vão perdendo progressivamente o seu contingente. Em 1779 este número se reduzira a 300 ou 305; em 1797, a 180⁵⁵, conseguindo posteriormente se restabelecer. Em 1804, a província contava apenas 120 professores.⁵⁶ A historiografia aponta como ponto referencial para a crise o ano de 1759, época em que o Marquês de Pombal⁵⁷ desencadeia abertamente guerra aos jesuítas e conseqüentemente às demais Ordens religiosas. Dentre os motivos para essa reviravolta no desenvolvimento da colônia, destacamos alguns que contribuíram de forma decisiva para a desestruturação da vida conventual e monástica no Brasil: o poder econômico adquirido pelas Ordens religiosas e o laicismo propagado pelo iluminismo, que operaram grandes mudanças na

⁵³ Will DURANT. *História da civilização IV. A idade da fé*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1950. p. 676.

⁵⁴ BOXER, C.R. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. p. 128.

⁵⁵ Atas Capitulares da Província de Santo Antônio do Brasil, *Op. Cit.*, p. 94.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 213, nota 66.

⁵⁷ AZEVEDO, J. Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa: Clássica Editora, 2a. edição, 1990; Para os variados estudos e pesquisas em torno de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) ver Ministério da Cultura e Coordenação Científica. Comissão Organizadora das Comemorações do Bicentenário da morte do Marquês de Pombal. Marquês de Pombal: catálogo bibliográfico e iconográfico. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

mentalidade colonial. Esses motivos externos acarretaram para o interior das instituições religiosas um esvaziamento gradativo; proibições para o ingresso de novos candidatos e o êxodo freqüente de religiosos professos desencadearam paulatinamente a ruptura entre uma sociedade marcadamente sacral para uma sociedade em transição ao laicismo.⁵⁸

Os cinco pontos que foram abordados neste capítulo nos oferecem um panorama das relações existentes entre a instituição franciscana e a realidade colonial, particularmente no que tange à estrutura interna e suas divisões hierárquicas, propiciando, dessa forma, um desnivelamento das relações internas ocasionadas pelo patamar clerical e laical. O sistema de seleção vocacional, através das exigências seletivas, propiciou e assegurou uma lacuna na vida interna conventual. Esta situação se verifica na diminuição de vocações para irmão leigo e na desconfiança em aceitar brasileiros à Ordem. Mas esta situação não se restringia apenas aos franciscanos, era uma realidade vivida por todas as instituições religiosas.

Fundamentalmente podemos perceber que os franciscanos conseguiram driblar as orientações tanto da Igreja local quanto do Estado. Os conflitos com estas duas instâncias parecem ter sido resolvidos por uma aparente submissão, estratégia para salvaguardar os espaços internos, sobretudo para o aumento vocacional franciscano na colônia.

⁵⁸ AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colônia. In: História da Igreja na América Latina. Tomo II: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 222.

Nova Lusitânia herética: Inquisição, práticas religiosas e metamorfoses sociais no Pernambuco colonial

Angelo Adriano Faria de Assis¹

*"uns fugiram de Portugal
para serem quem foram;
outros fugiram a despeito de
já serem quem eram!"*

Raul Rêgo

Em artigo no recentíssimo livro "Formas de Crer", o historiador Evergton Sales Souza inicia seu texto afirmando: "O Portugal do século XVIII era um país de Inquisição"². Este, porém, não parece ter sido um quadro que só ganha cores para a época e o espaço retratados pelo autor. A Modernidade portuguesa, fortemente moldada pelo catolicismo monopolizador, embora convivendo com fortes reminiscências da presença moura e judaica - proibida a partir de 1497 - e influenciada pela pujança e onipresença do Santo Ofício, em vários sentidos, ganhou cores de Inquisição, num processo que se alastrou pelas entranhas da cultura, sociedade e seus domínios durante os quase três séculos em que o Tribunal da Inquisição manteve suas atividades. Neste trabalho, nos arriscamos a estender a feliz expressão do "país de Inquisição" para outro recorte: a Nova Lusitânia quinhentista, em seu último decênio, um Pernambuco afortunado, a viver a opulência proporcionada pelo açúcar, quando a América

¹ Doutor em História pela UFF; Professor Adjunto - UFV.

² SOUZA, Evergton Sales. Mística e moral no Portugal do século XVIII. Achegas para a história dos jacobinos. In: BELLINI, Ligia; SOUZA, Evergton Sales e SAMPAIO, Gabriela Reis (orgs.). *Formas de crer. Ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2006, p. 107.

Organização e Revisão

Edilece Couto (UFBA)

Grayce Bonfim Souza (UESB)

Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)

Marco Antônio Nunes da Silva (UFRB)

Maria de Deus Manso (NICPRI/Universidade de Évora)

Susana Bastos Mateus (Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" – Universidade de Lisboa)

Suzana Maria de Sousa Santos Severs (UNEB)

Capa

Eric de Oliveira Santos

Pedro Arruda

Arte-finalização

Eric de Oliveira Santos

Impressão

Observação: A adequação técnica-linguística dos textos é de responsabilidade dos autores.

Ficha Catalográfica: Acervo de Memória e Documentação Clemente Mariani - AMEDOC/UFRB

S6211 Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais: religião e poder
(2: 2013: Salvador, BA).

Livro de resumos do Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais/
Organização Marco Antônio Nunes da Silva et alli – Feira de Santana:
Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.
154 f.: il. ; 22 cm.

Organização da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Universidade do Estado da Bahia, Universidade Estadual de Feira de
Santana, Universidade de Évora, Cátedra Cátedra de Estudos Sefarditas
"Alberto Benveniste"/ Universidade de Lisboa.

ISBN

1. História-Historiografia-Simpósio. 2. Religião e poder. 3. Inquisição.
I. Silva, Marco Antônio Nunes et alli. II. Título.

CDD: 272.2

ISBN 978-85-99799-85-7

Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Universidade de Évora – Portugal

Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" – Universidade
de Lisboa, Portugal

Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais: religião e poder

3 a 6 de setembro de 2013

Livro de resumos

Feira de Santana – BA
Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana
2013

“O OCASO DOS DEUSES”: A NOBREZA DA TERRA NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLINDA, SUAS AÇÕES CARITATIVAS E A LUTA PARA MANUTENÇÃO DOS PRIVILÉGIOS RÉGIOS AO LONGO DO SÉCULO XVIII

*Suely Creusa Cordeiro de Almeida
Universidade Federal Rural de Pernambuco*

*Janaina Santos Bezerra
Universidade Federal Rural de Pernambuco*

O trabalho que apresentamos tem como objetivo analisar o papel filantrópico da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, assim como a sua busca pela manutenção de poder e inclusão social no século XVIII. A intenção é entender o seu funcionamento enquanto instituição leigo/religiosa e caritativa, como também, os diversos interesses econômicos por trás das suas reivindicações financeiras, junto à Coroa. Para isso, apontaremos alguns conflitos e controvérsias travadas entre a Misericórdia e a Câmara de Olinda, cujos motivos estavam, no mais das vezes, ligados ao acúmulo de recursos almejados por ambas as instituições. Destacaremos também o assistencialismo praticado pela instituição, através do acolhimento das crianças expostas e ajuda aos militares e pobres enfermos em seu hospital.

OS FRANCISCANOS E O SANTO OFÍCIO NO BRASIL COLONIAL

*Marcos Antônio de Almeida
Universidade Católica de Pernambuco*

Desde a Idade Média, os franciscanos têm uma longa tradição histórica de relação com a Inquisição nem sempre amistosa. No Brasil, esse tema ainda é pouco explorado, ele aparece frequentemente de forma marginal e sem visibilidade eclesiástica e social. A nossa pesquisa procura situar o engajamento franciscano no Santo Ofício a partir das informações coletadas na tese de doutorado de Grayce Mayre Bonfim de Souza, em textos manuscritos e impressos no século XVIII. Se por um lado, os franciscanos no Brasil participaram ativamente da máquina inquisitorial, por outro lado, eles também

produziram pensamentos e práticas nem um pouco ortodoxas. Isto implica reconhecer que, no processo das produções históricas, os franciscanos e a sociedade da América portuguesa foram fortemente marcados por construções espirituais que, ora defendiam a fé católica, ora retomavam ideias do franciscanismo clássico medieval que beiravam as heresias ligadas à Teologia das Três Idades, de Joaquim de Fiore (1132-1202). A nossa abordagem tem como fundamento a conexão entre manuscritos, textos impressos e iconografias presentes nos conventos franciscanas do Brasil.

A GLÓRIA DA QUARESMA FRANCISCANA: A PROCISSÃO DAS CINZAS CIDADE DE SERGIPE OITOCENTISTA

*Magno Francisco de Jesus Santos
Universidade Federal Fluminense*

As procissões constituíram uma das principais expressões culturais do Brasil Imperial, mobilizando as diferentes camadas sociais por meio de suas irmandades, que investiam na organização de solenidades pomposas e muitas vezes de gastos exorbitantes. Esse artigo tem como foco a Procissão das Cinzas da Cidade de Sergipe, organizada pela Ordem Terceira de São Francisco e que tradicionalmente demarcava a transição das festas “gordas” do entrudo para a penitência “quaresmeira”. Com forte apelo da teatralidade barroca, tanto na Corte como nas capitais provinciais, essa procissão mobilizava a população com dezenas de andores imponentes apresentando os santos franciscanos e a cultura histórica colonial. Nesse sentido, na antiga capital sergipana, essa procissão se tornou um importante espetáculo de apresentação de poder da elite açucareira. Todavia, ao longo do século XIX essa elite passou a distanciar-se do referido evento religioso, pautada no ímpeto discursivo de construção de uma civilização sergipana.